Bíblia e Exegese

Deuteronômio: escrito de Moisés ou uma fraude piedosa?

25/07/2014 09:58:00

Determinar a autoria e o *Sitz im Leben* do Deuteronômio é desafiador, uma vez que a erudição bíblica propõe diversas possibilidades para sua origem. Sugestões que remontam à época de Moisés até o período pós-exílico são feitas e não se chega a um consenso. Portanto, faz-se necessária a exposição das várias propostas de datação do livro e uma conclusão sobre aquela que mais adequadamente faz jus ao texto.

Em 1805, W. M. L. de Wette propôs que o Deuteronômio provinha de uma fonte à parte do restante do Pentateuco, cuja origem se deu no século VII a.C., pouco antes do reinado de Josias.[1] Mais adiante, tal tese fora sustentada por K. A. Riehm[2] e então foi desenvolvida, estabelecida e popularizada entre os eruditos por Julius Wellhausen, em 1876, o qual via a composição do livro por profetas da época de Josias que o esconderam no templo para, em seguida, ser "achado" e dar impulsão à reforma promovida pelo rei, legitimando a adoração central em Jerusalém.[3] Apesar de ser contestada por vários estudiosos, a proposta de uma autoria não mosaica para o livro, dentro do século VII, continua a receber o maior apoio da academia teológica.[4]

1. A proposta de datação no século VII a.C.

Alguns pontos importantes observados por aqueles que defendem uma data do século VII a.C. para o Deuteronômio devem ser aqui contemplados. Primeiramente, o desenvolvimento legal e religioso hebreu que o livro parece apresentar. Na lei a respeito da escravidão há algumas diferenças entre o Código da Aliança (C.A. – Êx 20—23), em Êxodo 21.1-11, e Deuteronômio 15.12-18.[5] A prescrição em Deuteronômio demonstra uma preocupação mais humanitária, pois ordena que o escravo alforriado seja recompensado pelo seu trabalho (Dt 15.13-14), algo completamente ausente no C.A. Enquanto em Êxodo apenas o escravo homem sai a forro (Êx 21.2, 4, 7), em Deuteronômio há uma igualdade de direitos (Dt 15.12).

Além disso, a escola deuteronomista desenvolve um conceito transcendente de Deus.[6] O santuário não é mais o lugar onde Deus habita (cf. Sl 76.3), mas o lugar em que ele fez "habitar seu nome" (Dt 12.11; cf. 1 Sm 7.13; 1 Rs 3.2; 5.17; 8.17-20, 44, 48). Assim, a fim de corrigir a ideia de que Deus habitava no templo, o deuteronomista acrescentou, no livro dos Reis, a expressão "nos céus" à frase "lugar da tua habitação" (cf. 1 Rs 8.30, 39, 43, 49). Ainda, na tentativa de combater a imaginação popular acerca de Deus, o Deuteronômio descreve a Arca da Aliança com uma função meramente educativa, na qual ela contém as tábuas com os Dez Mandamentos e ao seu lado é depositado o livro da Lei que é lido para o povo, a fim de ensiná-lo a temer o Senhor (Dt 31.26 com os vv. 12-13). Isso parece uma mudança radical com a ideia proposta por outras partes do Pentateuco, nas quais a Arca é representada como a carruagem ou trono divino (Êx 25.10-22) sobre o qual Deus se assenta e vai adiante do povo para dispersar seus inimigos (Nm 10.33-36).

Historicamente, a reforma religiosa e a restauração da adoração no templo em Jerusalém, sob os reinados de Ezequias e Josias, é um fenômeno que sugere um ambiente propício para a reforma profética contida e promovida no Deuteronômio.[7] Pais da Igreja já sugeriam que o livro da lei encontrado por Josias (2 Rs 22) era o Deuteronômio, e a maioria dos principais proponentes da redação no século VII a.C., reconhece que o livro foi composto entre a queda de Samaria no reino do Norte (722 a.C.) e o começo do reinado de Josias, sendo o propulsor não o resultado da reforma descrita em 2 Reis 22 e 23.[8]

Menu

Apresentação
Corpo editorial
Contatos
Normas de publicação
Notícias
Edição atual
Edições anteriores
RSS

temas

Atualidades
Bíblia e Exegese
Devocional
Entrevista
Espiritualidade
Família
História da igreja
Ministério
Missiologia
Resenhas
Teologia
Teologia histórica
Vídeos

Pesquisar

Palavra: OK

Articulista: Rômulo de Medeiros Lourer OK

Mais lidos

1º A realidade bíblica sobre o inferno por: Gaspar de Souza
2º O culto e os seus princípios por: David Bowman Riker
3º Em busca do preço justo: perspectivas econômico-teológicas sobre salários e precificações¹ por: Yago Martins
4º Carta de retratação sobre os neo-judaizantes por: André Oliveira
5º A paciência ou a perseverança de Jó? por: Guilherme Ávilla Gimenez

acompanhe

A centralização do culto em Jerusalém narrada em 1 Reis 23.8-20, 27, sob o governo de Josias, encontra um paralelo forte com a centralização do culto ordenada em Deuteronômio 12 e difere da pluralidade de locais de adoração permitidos no C.A. (Êx 20.24). A celebração da Páscoa no lugar central de adoração, "escolhido por Deus", prescrito em Deuteronômio 16.1-8 encontra uma semelhança significativa com a celebração promovida por Josias em Jerusalém, no templo (2 Rs 23.21-23).

Por fim, os conhecidos Tratados Vassalos de Esaradon (VTE),[9] do século VII, se assemelham com a estrutura da aliança de Deuteronômio. Em ambos os casos, a população inteira era reunida para fazer o juramento de lealdade e não se comprometiam apenas por si mesmos, mas, também, pelas futuras gerações (cf. Dt 29.9-11, 14; VTE 4-7).[10] Tanto no VTE quanto no Deuteronômio é requerido do vassalo que ame "com todo o coração e toda a alma" o seu suserano (Cf. Dt 6.5)[11]. Além disso, a série completa de maldições diante da quebra da Aliança em Deuteronômio 28.23-35 aparece na ordem idêntica das linhas 419-430 dos VTE, caso os reinos vassalos se rebelassem contra o imperador assírio e, por consequência, contra Ashur, o deus assírio.[12]

2. Outras propostas de datação pós-mosaicas

Outros estudiosos, por entenderem ser inadequada a datação no século VII a.C., vêm propondo datas distintas para a redação do núcleo principal de Deuteronômio, tanto antes quanto depois das reformas de Ezequias e Josias.

Adam C. Welch e Theodor Oestreicher propuseram uma data do décimo século, entre os reinados de Davi e Salomão, para a redação do Deuteronômio.[13] A argumentação é que a reforma de Josias (2 Rs 22—23) não tinha por alvo a centralização do culto em Jerusalém, mas a purificação dos elementos pagãos assírios (cf. 2 Rs 23.4-20, 24). A reforma se preocupou, portanto, com *Kultreinheit* (pureza de culto)[14] e não com *Kulteinheit* (unidade de culto). Além disso, ela fora iniciada alguns anos antes da descoberta do livro, não depois (2Cr 24.3). O "livro da lei" apenas deu um novo ímpeto à reforma.

Afirma-se, também, que Deuteronômio 12.13ss. não faz apologia a um santuário central, necessariamente, mas aos santuários autorizados de YHWH. O texto, assim, é uma defesa do Yahwismo contra o Baalismo, e a tradução do texto hebraico proposta por Oestreicher é: "Guarda-te que não ofereças os teus holocaustos em *todo* lugar que vires, mas em *qualquer* lugar que o Senhor escolher em *qualquer* das tuas tribos".[15] Deste modo, o texto expressava, de forma diferente, a mesma verdade contida em Êxodo 20.24: "Façam-me um altar *de terra e nele sacrifiquem-me os seus holocaustos e as suas ofertas de comunhão, as suas ovelhas e os seus bois. Onde quer que eu faça celebrar o meu nome, virei a você e o abençoarei*" (Êx 20.24). Seria absurda a exigência de que toda a população deveria subir a Jerusalém na época da colheita, quando a ausência total das fazendas não poderia ocorrer. Portanto, o adorador iria ao santuário de Javé mais próximo.[16]

Segundo Welch, várias leis de Deuteronômio são demasiadamente primitivas para a monarquia judaica posterior, mas não para o início da monarquia, num momento de transição com o período de Juízes.[17] Ele defendeu que as tradições contidas no Deuteronômio eram produto do movimento religioso iniciado por Samuel, no Norte de Israel, que alcançaram sua forma escrita durante o período da monarquia unida.[18] Assim, tanto a prescrição da lei de homicídio cujo autor fosse desconhecido, que orientava o exercício do julgamento por meio de sacerdotes (Dt 21-9), quanto o regulamento sobre a proibição ou permissão de determinados grupos estrangeiros participarem da assembleia do Senhor (Dt 23.1-8), encontrariam sentido no período de transição "Juízes - Reino Unido", mas não na época da monarquia do século VII.

Teólogos como R. K. Kennett e G. Hölscher propõem uma data para o livro no período exílico e pós-exílico em círculos sacerdotais.[19] O entendimento deste *Sitz im Leben* se dá por questões como a impossibilidade de que um reformador da época de Josias escrevesse leis como as que constam nos capítulos 13 e 17, quando a grande maioria das cidades de Judá, inclusive Jerusalém, estavam contaminadas pela idolatria conforme testificam os livros de Reis e Crônicas. Tais leis implicariam na morte de comunidades inteiras em Israel no século VII.

Além disso, dificilmente a lei de Deuteronômio 17.15, que trata sobre reis estrangeiros, poderia ter sido escrita quando um príncipe da casa de Davi estivesse assentado firmemente sobre o trono. Hölscher, outrossim, identificou paralelos de linguagem em textos de Malaquias e Neemias com aquela encontrada em Deuteronômio, o que favorece uma data pós-exílica (cf. Ml 1.2, 6, 8; 2.1-2, 4-5, 8; 3.1, 3; Ne 13.25-27).[20]

3. A proposta de datação e autoria mosaicas

Vários estudiosos do AT e egiptólogos defendem a autoria mosaica do livro de Deuteronômio, seguindo as tradições judaica e cristã.[21] Há muitas indicações que favorecem tal proposta. Primeiramente, o próprio texto afirma a atividade redatorial de Moisés que "escreveu esta lei" e, uma vez mais, "... Moisés terminou de escrever num livro as palavras desta lei ..." (Dt 31.9, 24-26).[22] Há um consenso de que as menções sobre a redação mosaica da lei se refiram, pelo menos, aos capítulos 12—26. Todavia, com as indicações adicionais da exposição da lei por parte de Moisés em 1.1—4.40, 5.1—26.19, 27 e 28.1—31.8,

sua autoria pode se estender a estas partes do livro, também, além do cântico no capítulo 32, que é atribuído a ele (cf. 31.19, 22).[23]
As referências a ocasiões que devem ter suscitado os sentimentos de Moisés aparecem de forma inesperada no texto, favorecendo sua autoria, como a “casa da servidão” (5.6; 7.8; 8.14), a lembrança do ataque amalequita (25.17ss), do peso em julgar o povo (1.9-12) e das murmurações da nação (9.22-24).[24]
Ainda mais, as recordações de detalhes como a irrigação artificial das plantas no Egito (11.10) e o horário da partida do Egito (16.6), além da menção da intercessão de Moisés em favor de Arão depois da quebra da aliança (9.20ss), cujo incidente não é referido no relato de Êxodo, combinam muito bem com um autor que experimentou tais situações, mas não fariam qualquer sentido caso viessem da lavra de alguém que desejasse promover uma reforma religiosa no século VII a.C.[25]

O posicionamento de Israel no livro se dá, claramente, não dentro de Canaã, mas fora, prestes a adentrar nela. Isso é indicado pelo fato de que a terra ainda será possuída ou herdada pelo povo, a qual ficava além do Jordão (3.20, 25; 4.5, 14; 5.31; 11.30; 12.10; 18.9)[26]. Em nenhuma passagem do livro há qualquer referência a Judá e Efraim, ou Norte e Sul, enquanto nações separadas. As tribos são vistas como entidades distintas (1.13, 15; 5.23; 12.5, 14), mas contidas no todo (29.10), como a expressão “todo o Israel” deixa transparecer (1.1; 5.1; 13.11; 21.21; 27.9; 29.2; 31.1, 7, 11; 32.45).[27]

A perspectiva contrária à influência da religiosidade cananita que o autor de Deuteronômio apresenta é de um perigo futuro a ser enfrentado por Israel, não uma realidade presente na qual o povo está envolvido, como se deu na reforma de Josias (2 Rs 23.4-24). Isso pode se constatar pela exortação a uma lealdade exclusiva ao Senhor, não servindo “*deuses que não conhecestes”* (Dt 11.28, grifo do autor; cf. 13.2, 6, 13). Ainda, se aqueles que defendem a autoria do livro no século VII dizem que o objetivo do grupo reformador profético era abolir os “lugares altos” (*bāmôṯ*) e centralizar o culto no templo em Jerusalém, por que eles nunca são mencionados? Não se menciona nenhuma vez os “lugares altos”, e Jerusalém como local central de adoração não é nem deixada subtendida.[29] Como observou com perspicácia o teólogo Carlos Osvaldo Pinto:

> …parece claro que se Deuteronômio foi uma “fraude piedosa” projetada para legitimar Jerusalém como santuário único, seu autor fez um péssimo trabalho, pois a cidade jamais é mencionada no livro. Ao contrário, Deuteronômio prescreve a construção de um altar no monte Ebal, na região de Samária, rival de Jerusalém, e a celebração da renovação da aliança ali![30]

A leitura feita pelos que defendem uma data na época da reforma josiânica, de que o Deuteronomista apresenta um conceito posterior e transcendente de Deus, diferente de outras fontes encontradas no Pentateuco, como, por exemplo, a menção do templo não sendo mais o lugar da habitação de Deus, mas do “nome de Deus”,[31] cai por terra quando se examina o texto cuidadosamente. O uso dos textos de Deuteronômio 12.11 e de 1 Reis 8.30, 39, 43, 49 para fundamentar sua perspectiva (textos, classicamente, atribuídos ao Deuteronomista) é inconsistente com seu contexto próximo. No capítulo 12 de Deuteronômio, o santuário central é apresentado como local da própria habitação e presença de Deus nos versos 5, 7 e 18. O mesmo se dá em 1 Reis 8, nos versos 13, 63-65. A não ser que se divida o texto numa colcha de retalhos,[32] é impossível ver uma distinção entre os conceitos de “presença de Deus” e “nome de Deus” nos escritos assim chamados deuteronomistas. A observação de Walter Kaiser auxilia no entendimento desta questão:

> O próprio von Rad notou, porém, que o “nome” já estava presente em Êxodo 20:24 e Êxodo 31. O “nome” aqui, como na teologia antecedente, representava a totalidade do ser, do caráter e da natureza, assim como foi empregada a palavra “nome” na proibição dada no Sinai quanto a tomar o *nome* do Senhor Deus em vão.
>
> … Não existe nenhuma evidência no sentido de que Deuteronômio ou Moisés rejeitavam de qualquer forma este assim-chamado [sic] conceito dialético da habitação divina. O céu não é a moradia exclusiva de Deus – Ele pode “sentar-se” ou “estar entronizado” ali, mas Ele também “tabernaculava” na terra. E Deuteronômio acrescentou à lista das Suas manifestações de Si mesmo a Israel – o *lugar* onde faria Seu *nome* (Sua pessoa) habitar. Aquilo de que Deus já era dono, Ele agora abertamente possuiu ao mandar “colocar” ou “chamar” Seu nome sobre ele.[33]

Um fator final que favorece a escrita de Deuteronômio no segundo milênio, na época de Moisés e não no primeiro milênio, época de Josias, é a semelhança muito maior do livro com os tratados do segundo milênio do que com os dos milênio posterior, conforme a argumentação de Weinfeld.[34] K. A. Kitchen afirma claramente: “À luz de tal padrão de medida tangível (especialmente quando as formas do primeiro milênio são completamente diferentes) datar Deuteronômio cerca de 621 a.C. … é simplesmente um erro grotesco, sem nenhuma base, na verdade”.[35]

O livro de Deuteronômio é uma renovação da aliança do Sinai e sua estrutura em muito se assemelha com as formas encontradas nos tratados de vassalagem hititas da última metade do segundo milênio.[36]
As seguintes características são comuns tanto em Deuteronômio quanto nos tratados hititas: (1) *Título* ou *Preâmbulo* (Dt 1.1-5);[37] (2) Prólogo Histórico (Dt 1.6—3.29);[38] (3) *Estipulações ou Mandamentos* (Dt 4, 5—

26);[39] (4) *Depósito do Texto e Leitura Pública* (Dt 31.9-13, 24-26);[40] (5) *Testemunhas* (Dt 31.16-30; 32.1-47);[41] *Bênçãos e Maldições* (Dt 28.1-68).[42]

Quando se compara o livro de Deuteronômio com os tratados neo-assírios e neo-babilônicos (primeiro milênio) percebe-se pouca semelhança. Nestes não há a menção de bênçãos que acompanham as maldições.[43] Também não existe qualquer prólogo histórico nem indicação de depósito do texto e leitura posterior, o que é típico do segundo milênio.[44] Kenneth Kitchen, ainda, observou que o uso da palavra hebraica *b^{e}rîṯ* (*aliança*) juntamente com *'ālâ* (*juramento*) numa construção literária de hendíade, conforme aparece em Deuteronômio 29.12, 14 (NVI), é compartilhada apenas com os tratados hititas do segundo milênio, não encontrando qualquer paralelo nos tratados do milênio posterior.[45]

> Agora, se tomamos a natureza e a ordem de quase todos os elementos da aliança do Sinai e suas renovações, como brevemente alistadas acima e as comparamos com os padrões dos tratados da parte final do segundo milênio e os tratados do primeiro milênio já delineados, é notavelmente evidente que a aliança do Sinai e suas renovações devem ser agrupadas com as alianças da parte final do segundo milênio; são inteiramente diferentes em estrutura das alianças do primeiro milênio e compartilham apenas o indispensável núcleo comum (título, estipulações, testemunhas e maldições) e alguma terminologia. Em outras palavras, diante da total evidência agora disponível, a visão original de Mendenhall está correta, de que na forma a aliança do Sinai corresponde aos tratados do fim do segundo milênio e não àqueles do primeiro.[46]

Diante de todas as posições expostas neste trabalho, atribuir o texto encontrado em Deuteronômio a Moisés e datá-lo no Segundo Milênio parece ser a opção mais plausível e honesta a se fazer de uma perspectiva científica. Obviamente, isto não exclui pequenas edições posteriores, provavelmente, inseridas por algum editor da geração seguinte a Moisés (cf. Dt 2.10-12; 34).[47]

---

[1]DE WETTE, W.M.L. *Dissertatio critico-exegetica, qua deuteronomium a prioribus Pentateuchi libris diversum, alius cuiusdam recentioris auctoris opus ese monstratur.* Halle: 1805.

[2]SELLIN, Ernst, FOHRER, George. *Introdução ao Antigo Testamento.* 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1977. v. 1. p. 230.

[3]LASOR, William S., et al. *Introdução ao Antigo Testamento.* São Paulo: Vida Nova, 1999. p. 124; THOMPSON, J.A. *Deuteronômio:* introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 1982. p. 57; WALKER, L.L. "Deuteronomy". In: TENNEY, Merril C. *The Zondervan pictorial encyclopedia of the Bible*. Grand Rapids, Michigan: Zondervan, 1976. v. 2. p. 112; PINTO, Carlos Osvaldo. *Foco e desenvolvimento no Antigo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2006. p. 159-160.

[4]Ver THOMPSON, J.A. Op cit. p. 56-65.

[5]WELLS, Roy D. "Deuteronomist/Deuteronomistic historian". In: MILLS, Watson E., BULLARD, Roger Aubrey (eds). *Mercer Dictionary of the Bible*. 2 ed. Macon, G.A.: Mercer University Press, 1998. p. 210.

[6]WEINFELD, Moshe. "Deuteronomy, book of". In: FREEDMAN, D. (ed.). *Anchor Bible Dictionary.* New York: Doubleday, 1992. v. 2. p. 175-176.

[7]SELLIN, Ernst, FOHRER, George. Op cit. p. 230.

[8]Ver THOMPSON, J. A. *Op cit.* p. 56-65.

[9]A sigla VTE corresponde ao inglês *Vassal Treaties of Esarhaddon*.

[10]WEINFELD, Moshe. *Op cit.* p. 170.

[11]*Idem. Ibid.*

[12]*Idem. Ibid.*

[13]THOMPSON, J. A. Op cit. p. 53-55; ARCHER, Gleason L., Jr. *Merece confiança o Antigo Testamento?*. 3 ed. São Paulo: Vida Nova, 1984. p. 488-189. Após analisar as várias propostas de datação para o Deuteronômio, J. A. Thompson chega a uma conclusão próxima àquela que Welch e Oestreicher defendem. Ver sua obra citada, p. 66-67.

[14]THOMPSON, J. A. *Op cit.* p. 53; ARCHER, Gleason L., Jr. p. 488.

[15]THOMPSON, J. A. *Op cit*. p. 53.

[16]*Idem.* p. 54.

[17]ARCHER, Gleason L., Jr. p. 489.

[18]THOMPSON, J. A. *Op cit.* p. 54; SELLIN, Ernst, FOHRER, George. Op cit. p. 241.

[19]MANLEY, G.T. "Deuteronômio, livro de". In: DOUGLAS, J.D (ed.). *O novo dicionário da Bíblia.* São Paulo: Junta Editorial Cristã, 1966. v. 1. p. 412; THOMPSON, J. A. Op cit. p. 65-66; ARCHER, Gleason L., Jr. p. 489-491.

[20]THOMPSON, J. A. *Op cit*. p. 66.

[21]KLINE, Meredith G. "Two tables of the covenant". In: WESTMINSTER THEOLOGICAL JOURNAL, v. 22, no. 2, 1960. p. 133-146; HOUSE, Paul R. *Teologia do Antigo Testamento.* São Paulo: Vida, 2005. p. 214-215; MANLEY, G.T. Op cit. p. 412-414; ARCHER, Gleason L., Jr. Op cit. p. 173-183; WALKER, L.L. Op cit. p. 112-116; ROBINSON, George L. "Deuteronomy". In: ORR, James. *The international Standard Bible encyclopedia.* Grand Rapids, Michigan: Eerdans, 1943. (Versão eletrônica disponível em Bíblia Online 3.0 – Módulo Avançado); KITCHEN, K. A. *The Old Testament in its context* 2: from Egypt to the Jordan.

United Kingdom: Biblical Studies, 1971. Disponível em http://www.biblicalstudies.org.uk. Acessado em Março de 2009. p. 4-8.

[22]THOMPSON, J. A. *Op cit.* p. 49; MANLEY, G.T. Op cit. p. 413.

[23]KITCHEN, K. A. *Op cit.* p. 4-5.

[24]MANLEY, G.T. *Op cit.* p. 413; WALKER, L.L. Op cit. p. 114.

[25]WALKER, L.L. *Op cit.* p. 114-115.

[26]ROBINSON, George L. *Op cit.* (Versão eletrônica); ARCHER, Gleason L., Jr. *Op cit*. p. 175-176.

[27]ARCHER, Gleason L., Jr. *Op cit.* p. 179; WALKER, L.L. *Op cit.* p. 115; ROBINSON, George L. *Op cit.* (Versão eletrônica).

[28]WALKER, L.L. *Op cit.* p. 115.

[29]MANLEY, G.T. *Op cit.* p. 412-413.

[30]PINTO, Carlos Osvaldo. *Op cit.* p. 160.

[31]WEINFELD, Moshe. *Op cit*. p. 176. Ver a argumentação apresentada na página 4 deste artigo.

[32]O próprio Weinfeld reconhece o suposto "conflito" entre o verso 13 e os demais versículos do texto de 1 Reis 8. Sua explicação é que o deuteronomista reeditou essa oração salomônica, acrescentando a expressão "nos céus" no versos que se referiam ao lugar da habitação de Deus (v. 30, 39, 43, 49), a fim de combater uma ideia antiga de que Deus habitava no templo. Ver WEINFELD, Moshe. *Op cit.* p. 175-176.

[33]KAISER, Walter C. *Teologia do Antigo Testamento.* São Paulo: Vida Nova, 1984. p. 138.

[34]WEINFELD, Moshe. *Op cit.* p. 169-171. Ver exposição acima, página 5.

[35]KITCHEN, K. A. *Op cit.* p. 9.

[36]KLINE, Meredith G. "Two tables of the covenant". In: WESTMINSTER THEOLOGICAL JOURNAL, v. 22, no. 2, 1960. p. 140-142; KITCHEN, K.A. *Ancient Orient and Old Testament.* London: Inter-Varsity, 1966. p. 98-99.

[37]KITCHEN, K.A. *Ancient Orient and Old Testament.* p. 92, 96. Todos os dezenove tratados hititas com o começo conservado contêm o preâmbulo. Ver KITCHEN, K.A. "The fall and rise of covenant, law and treaty". In: TYNDALE BULLETIN, v. 40, no. 1, 1989. p. 126.

[38]KITCHEN, K.A. *Ancient Orient and Old Testament.* p. 92-93, 96. O prólogo histórico ocorre em vinte e dois de vinte e quatro documentos hititas bem preservados. Ver KITCHEN, K.A. "The fall and rise of covenant, law and treaty". p. 126.

[39]KITCHEN, K.A. *Ancient Orient and Old Testament.* p. 93, 97. As estipulações sobrevivem em todos os vinte e quatro textos hititas em bom estado. Ver KITCHEN, K.A. "The fall and rise of covenant, law and treaty". p. 126.

[40]KITCHEN, K.A. *Ancient Orient and Old Testament.* p. 93, 97. O depósito do texto é explícito em quatro documentos e a leitura pública em outros quatro, ainda que não apareça em seis documentos completos. Todavia, dez textos em bom estado estão dissolvidos nesta parte. A probabilidade é que houvesse até dezessete textos contendo esta seção. Ver KITCHEN, K.A. "The fall and rise of covenant, law and treaty". p. 126.

[41]As testemunhas se encontram presentes em vinte documentos. Os deuses pagãos que eram invocados como testemunhas do tratado não aparecem na renovação da aliança em Deuteronômio. Porém, o Cântico de Moisés (Dt 31.16-20; 32.1-47) e o próprio Livro da Lei (Dt 31.26) ocupam essa função como testemunhas da Aliança. Ver KITCHEN, K.A. *Ancient Orient and Old Testament*. p. 93, 97; IDEM. "The fall and rise of covenant, law and treaty". p. 126; KLINE, Meredith G. *Op cit.* p. 142.

[42]Aparecem, também, nos tratados hititas, mas na ordem inversa. Quinze bons textos hititas possuem esta seção na parte final, semelhantemente, ao livro de Deuteronômio. Em outros dez textos esta seção foi perdida. Ver KITCHEN, K.A. *Ancient Orient and Old Testament.* p. 93, 97 IDEM. "The fall and rise of covenant, law and treaty". p. 127.

[43]KITCHEN, K.A. "The fall and rise of covenant, law and treaty". p. 128-129; IDEM. Ancient Orient and Old Testament. p. 96.

[44]KLINE, Meredith G. Op cit. p. 139-141; KITCHEN, K.A. Ancient Orient and Old Testament. p. 95; KITCHEN, K.A. "The fall and rise of covenant, law and treaty". p. 132-133.

[45]KITCHEN, K.A. "The fall and rise of covenant, law and treaty". p. 131.

[46]KITCHEN, K.A. *Ancient Orient and Old Testament.* p. 98-99.

[47]PINTO, Carlos Osvaldo. *Op cit.* p. 161.

1 COMENTÁRIO(S)

Filipe Neto | São Paulo/SP | 29/07/2014 20:57:53
Belo texto e muito bem embasado. Que Deus continue te usando professor Tiago!

DEIXE SEU COMENTÁRIO

***Nome:**

***Sobrenome:**

***E-mail (não será publicado):**

***Cidade:**

***Estado:**

***Comentário (seu comentário será moderado):**

[máximo 1000 caracteres]

Você já digitou: **0** caracteres.

Enviar

Termos e condições de uso - Comentários

*Campo obrigatório
**Os comentários serão exibidos após aprovação.

AUTOR

Tiago Abdalla Neto

Bacharel em Teologia pelo Seminário Bíblico Palavra da Vida e pela Faculdade Teológica Sul Americana. Mestre em Teologia Bíblica (M.A.) pelo Seminário Teológico Servo de Cristo e Mestre em Teologia e Exposição do Antigo Testamento (Th.M.) pelo Seminário Bíblico Palavra da Vida (SBPV). Professor da área de Antigo Testamento e Exegese Hebraica no SBPV e de Teologia Prática no PAT (I. B. Pedras Vivas). Participou do Comitê de Tradução da Nova Tradução Viva (a ser publicada). Trabalha como editor freelance de textos teológicos para Edições Vida Nova. Casado com Fabiana e tem uma filha, Katharina.

VEJA MAIS ARTIGOS DESTE ARTICULISTA

O DEUS QUE DÁ VIDA
O texto da presente análise, provavelmente, fez parte, em seu estado inicial, de uma coleção de narrativas acerca do profeta Elias...
por: Tiago Abdalla Neto
+detalhes

UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM HERMENÊUTICA PARA A COMPREENSÃO DO USO DO ANTIGO TESTAMENTO NO NOVO TESTAMENTO[1] - PARTE 3
Além das quatro abordagens mencionadas nos artigos anteriores, muitas outras propostas de interpretação da relação intratestamentária entre AT e NT surgiram
por: Tiago Abdalla Neto
+detalhes

UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM HERMENÊUTICA PARA A COMPREENSÃO DO USO DO ANTIGO TESTAMENTO NO NOVO TESTAMENTO[1] - PARTE 2
No artigo anterior, este autor apresentou um rápido resumo sobre a história da interpretação das citações do AT no NT...
por: Tiago Abdalla Neto
+detalhes

UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM HERMENÊUTICA PARA A COMPREENSÃO DO USO DO ANTIGO TESTAMENTO NO NOVO TESTAMENTO[1]
Antes do século XVI, a predominância do latim e o uso da Vulgata como texto oficial da igreja católica romana...
por: Tiago Abdalla Neto
+detalhes